

Japão exige acordo antes de emprestar

PAULO SOTERO
Correspondente

TÓQUIO — É inútil achar que os japoneses vão fazer empréstimos ao Brasil antes de o País fechar um acordo tipo stand by com o Fundo Monetário Internacional ou de estar firmemente encaminhado nesta direção. A avaliação é do embaixador brasileiro Carlos Bueno, que está terminando sua missão de quase cinco anos em Tóquio e não esconde sua frustração. Prestes a assumir a embaixada na Checoslováquia, Bueno sorri quando fala de uma miragem aparentemente inventada no Brasil e de cuja existência não se tem notícia em Tóquio: o fundo Nakasone. "Eu nunca vi um único iene", diz.

Existe um fundo de reciclagem de uma pequena parte do saldo do balanço de pagamentos do Japão. Ele foi criado no governo Nakasone como instrumento da política externa de Tóquio, principalmente na Ásia e no Pacífico. Há, nesse fundo, até algum dinheiro já destinado ao Brasil. São precisamente US\$ 64 bilhões de ienes, ou cerca de US\$ 474 milhões de dólares, que serão repassados pelo Overseas Economic Cooperation Fund (OECF), a janela de créditos concessionais do Japão, sob a forma de quatro empréstimos: US\$ 214 milhões para a modernização do Porto de Santos; US\$ 95 milhões para eletrificação rural de Goiás; US\$ 109 milhões para um projeto de irrigação de Jaíba, em Minas Gerais; e outros US\$ 56 milhões para o Proine, o programa de irrigação do Nordeste.

Se, ao contrário do que costuma acontecer, tudo der certo, a ministra

da Economia, Zélia Cardoso de Melo, poderá até levar esse dinheiro em sua bagagem de volta quando fizer uma visita oficial ao Japão, no mês que vem. Condições melhores do que as oferecidas pelo OECF não existem: 25 anos de prazo para pagar, com sete de carência e 4% de juros anuais.

A rigor, porém, isso não é novidade. O dinheiro está teoricamente disponível desde 1988. Foi negociado pelo ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, depois que o País suspendeu a primeira moratória da dívida externa, e está aprovado há mais de um ano e meio. Podia ter saído logo depois, se o Congresso tivesse ratificado os acordos de crédito com o Japão. Mas tudo aconteceu em ano de eleição presidencial, e o governo estava desmoralizado e sem iniciativa política. Quando o Congresso finalmente se interessou pelo assunto, em outubro de 1989, o País já tinha iniciado a segunda moratória da dívida externa e o acordo com o FMI fora suspenso.

Mesmo assim, as notas oficiais concedendo os créditos foram preparadas. E Tóquio passou a esperar melhor oportunidade para fazer o gesto político. Quando o presidente eleito Fernando Collor passou pelo Japão, em fevereiro do ano passado, e afirmou que as negociações sobre a dívida começariam na primeira semana do governo, as autoridades japonesas aprontaram-se para anunciar os créditos. Mais uma vez, porém, ficou tudo em conversa. Nesse meio tempo, surgiram novos contentiosos com os japoneses.

Os contentiosos, derivados em

parte da extinção da Portobrás e da Siderbrás, as ex-holdings estatais de duas áreas em que empresas japonesas são sócias importantes do governo brasileiro, já foram resolvidos em grande parte. Falta acertar o acordo bilateral na renegociação da dívida oficial feita em 1988 com o Clube de Paris. E é preciso, também, iniciar novas negociações com os credores oficiais, entre eles o Japão, tanto sobre os vencimentos que não são pagos desde 1989 quanto sobre o futuro. E isso passa, primeiro, pelo entendimento com o Fundo.

A equipe econômica tentou renegociar os quatro empréstimos acertados pelo governo Sarney, mas as autoridades japonesas não aceitaram. Eles pediram para não mudar, contou o embaixador Carlos Bueno. Estão prontos para examinar outros pedidos, mas não querem que o que já foi negociado seja revisto porque já investiram tempo e energia nas negociações.

Além dos quatro créditos já autorizados, há pelos menos três outros, da lista de 21 que Mailson mandou para Tóquio, que estão bem encaminhados — informa o embaixador Carlos Bueno: uma linha de US\$ 200 milhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco do Brasil financiarem o setor privado; US\$ 180 milhões para o metrô de superfície de Fortaleza; e US\$ 585 milhões para a construção da termoeletrica de Paulínia pela Cesp. Se saírem algum dia, esses três financiamentos serão concedidos pelo Eximbank japonês, a taxas favoráveis, mas mais altas do que as do OECF.